

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COPPE/UFRJ, REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2018

Membros do Conselho Deliberativo Presentes

Representantes da Diretoria

Ericksson Rocha e Almendra e Fernando Alves Rochinha

Representantes Docentes

Antonio MacDowell de Figueiredo, Carlos Magluta, Célio Albano da Costa Neto, Glauco Nery Taranto, Luis Volnei Sudati Sagrilo.

Representantes dos Programas

Cristiano Placsek Borges, Fernando Augusto Noronha Castro Pinto, Jurandir Nadal, Leonardo Sales Araújo, Mariane Rembold Petraglia, Marcelino Aurélio Vieira da Silva, Murilo Augusto Vaz, Nilson Costa Roberty, Roberto dos Santos Bartholo Junior.

Representantes dos Técnicos e Administrativos

Roberto Calvet, Roberto Rodrigues e Vanda Borges de Souza

Representante Discente

Ausência Justificada

Alexandre Salem Szklo, Edson Hirokazu Watanabe, Claudia Maria Lima Werner, Daniel Alves Castello, e Romildo Dias Toledo Filho,

Início: 9:35 hs.

PAUTA ÚNICA

Aprovação do documento formulado pela comissão mista CC/CD sobre o PDI.

Membros da comissão:

- . Prof^a Claudia Maria Lima Werner
- . Prof^a Marysilvia Ferreira da Costa
- . Prof. Ericksson Rocha e Almendra
- . Prof. Roberto dos Santos Bartholo Junior
- . Prof. Alexandre Salem Szklo
- . Prof. Fernando Augusto Noronha Castro Pinto
- . Prof. Paulo Fernando Ferreira Frutuoso e Melo

Prof. Carlos Magluta informou que foi composta uma comissão que se debruçou sobre o documento do PDI, colocando nossas posições e que irão apresentar um relato do que foi concluído.

Prof. Roberto Bartholo fez um relato sobre o documento referente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que foi elaborado pela Comissão. O primeiro passo foi se debruçar e ler o documento. Nossa impressão é que o documento é ruim: do ponto de vista da escrita na sua construção, na sua estrutura, são diferentes capítulos e escrito por diferentes mãos e a articulação do documento é precária, mas realizamos uma apreciação de conteúdo também, o documento encontra-se anexo a ata. Esse documento não parece ser a questão mais importante, mais o uso retórico, possível, provável, futuro desse documento, no contexto da proposta do Congresso Universitário. Fica claro que o documento está articulado com a intenção de servir de suporte, de balizamento, para um processo que possa vir a ser deflagrado com o Congresso Universitário.

Prof. Carlos Magluta parabenizou a comissão pelo documento tão bem elaborado e posicionado.

Prof. Antônio Figueiredo declarou que achou excelente o documento em seu conteúdo, pela profundidade do trabalho, mas tem alguns comentários, uma vez que é um documento político e do ponto de vista da organização do documento, a disposição deveria ser mais itemizada, para não perder alguns pontos relatados:

. O texto deveria ser não um diagnóstico, mas a súmula de um diagnóstico;

. A inversão deveria ser da sequência proposta da discussão institucional, o congresso deveria ser realizado antes do PDI;

. Por via histórica deveria ser mais comedido;

. Existem algumas contradições: "o plano reconhece por si mesmo como instrumento de estratégia, afirmando que a UFRJ pretende ser um espaço de liberdade "ilimitado" em contradição com a extensão e com o sistema de cultura. A proposta tem algumas contradições que devem ser corrigidas. O que se fala em centralização, vai à contradição com o que fazer;

As questões estão ótimas, mas deve-se reforçar a finalização.

Prof. Fernando Rochinha parabenizou a comissão, que combina as duas instâncias colegiadas da COPPE (Conselho de Coordenação e Conselho Deliberativo). É um documento a altura do que o momento exige, os pontos que estão sendo alinhados é o começo de uma reação. O que deve ser discutido são como essas duas instâncias colegiadas podem avançar nessa discussão, devemos aprovar esse documento, pois está em curso um importante processo.

Prof. Carlos Magluta colocou em votação a aprovação do documento, que foi aprovado por unanimidade.

Prof. Carlos Magluta coloca que agora devemos levar para o CCCT e depois deveria ser levado para outros centros.

Prof. Fernando Rochinha sugere que seja levado também ao Conselho de Coordenadores, mas que não inviabilize que seja encaminhado ao CCCT.

Nada mais havendo a tratar, o Professor Carlos Magluta, Presidente do Conselho Deliberativo, encerrou a sessão às 10:15 horas.

Prof. Carlos Magluta

Presidente do Conselho Deliberativo – COPPE/UFRJ

Secretariou esta reunião: Maria Célia Santos

Início: 9:35hs.

Término: 10:15hs.

Ata aprovada em : 07108118

Sobre o PDI 2018

1. Uma vinculação

Na apresentação é afirmado que o documento condensa "as expectativas sobre o futuro da UFRJ e da universidade brasileira", sendo feita uma apologia da franqueza da comunidade universitária em expor "sem subterfúgios e com coragem" seus problemas como "requisito para a transformação social e o porvir histórico". Mas o que nos parece ser a afirmativa mais importante vem logo a seguir: "... a sua conclusão marca, também, a deflagração de um luminoso processo de debate e autorreflexão: o Congresso Universitário da UFRJ".

Destacamos essa vinculação. Há uma clara intencionalidade subjacente à elaboração do atual PDI: ele serve a um objetivo maior. Suas análises, caracterizações de tendências e construção de cenários, abrangendo o período de 2012 a 2023, servem de base para um processo político-acadêmico, que quer fazer do proposto Congresso Universitário seu principal vetor de transformações.

O PDI se reconhece a si mesmo como um instrumento de estratégia, afirmando que a UFRJ "... pretende ser um espaço de liberdade ilimitada da produção de conhecimento e experiências de fazer social", tendo por objetivo "... assegurar o bem viver dos povos e, dessa forma manter-se como uma instituição estratégica para a nação, fazendo jus aos recursos públicos nela investidos com finalidade pública, coletiva e transformadora". Proposições que afirmam um alinhamento tão genérico com o bem comum deixam pouco espaço para distanciamento crítico. E arriscam ser facilmente transformadas em argumentos de mero reforço retórico.

Fica aqui um alerta para o fato de que tanto os cenários futuros associados às tendências indicadas no PDI como também o "luminoso processo" que o Congresso Universitário da UFRJ possa vir a deflagrar afirmam/afirmarão escolhas entre alternativas excludentes. Necessidades e desejos podem ser recorrentes e infinitos. Mas recursos e meios para sua efetivação e satisfação não. Nenhum alinhamento com o bem comum apaga esse fato.

2. Sete requisitos

Na página 7 da Introdução uma lista de sete requisitos é apresentada para que "no período considerado" pelo PDI a função social da UFRJ possa ser efetivada. São eles:

1. Uma "integração mais profunda" com escolas básicas da rede pública de educação, contribuindo para a "viabilização do processo de formação de professores", de modo a "aprofundar o compromisso com o projeto de educação pública para a nação";
2. Dar "maior centralidade" na formação na área de saúde para "a atuação interdisciplinar, integrada, horizontal e pública (Sistema Único de Saúde - SUS)" no projeto das unidades hospitalares em rede em atuação conjunta no Complexo Hospitalar;
3. Dar seguimento ao desenvolvimento científico- tecnológico "... em prol da autodeterminação e da soberania do país nas áreas estratégicas";
4. Avançar na articulação da área de artes e cultura em diálogo com as demais áreas do conhecimento, "... em favor da formação integral, ampla e histórico-crítica dos estudantes e da produção de conhecimento socialmente relevante";
5. Aprofundar o projeto de "formação omnilateral" dos estudantes, valorizando as culturas científica, tecnológica, artística e humanística e a "interpelação crítica" do mundo;
6. Tornar "pensáveis" os grandes dilemas da humanidade desde a problemática socioambiental às desigualdades "advindas do metabolismo social da vida".
7. Contribuir para a "formação do sistema de cultura" do país e seu papel no mundo.

A lista de requisitos persiste numa formulação em nível bastante genérico. Apenas os dois primeiros requisitos apresentam um foco mais específico, ao fazerem referência 1. à contribuição da UFRJ para a formação de professores da rede pública de educação e 2. a características da formação na área de saúde, priorizando o SUS e o Complexo Hospitalar. Os demais cinco requisitos abrangem todo o amplo espectro de áreas de atuação de uma universidade contemporânea reafirmando alinhamentos genéricos. Todos positivos, mas em alguns casos redundantes, tais como a promoção de uma formação i. "integral, ampla e histórico-crítica" e "omnilateral", ii. de uma "interpelação crítica do mundo", um empenho e compromisso por

tornar "pensáveis" os dilemas da humanidade, confrontar as desigualdades "advindas do metabolismo social da vida" e contribuir para a "formação do sistema da cultura".

3. Limites de um diagnóstico

Evidencia-se uma dificuldade em formular requisitos de maior especificidade e concretude, que venham a ser traduzidos num planejamento indicativo de metas e cursos alternativos de ação propostas para suas realizações. A dificuldade não invalida méritos ao trabalho feito, mas não pode ocultar o fato de que o plano é um documento que formula um diagnóstico restrito mas permanece carente de operacionalidade e apresenta imprecisões na redação tanto na forma quanto no conteúdo. Mais ainda: com relação à pesquisa científica na área de ciências exatas e tecnologia o diagnóstico é certamente incompleto. Tais limites e carências demandam para sua superação uma apropriação crítica de suas proposições pelos Colegiados e Conselhos Superiores dos Centros e Unidades, instâncias legítimas para, afirmando a autonomia universitária, redesenhar o presente e o futuro da instituição, atualizando a herança de seu passado.

Na página 14 o documento reconhece que a carência aqui apontada também estava presente no PDI 2006, ao afirmar que "... um grande desafio para o atual PDI deve-se ao fato de que o de 2006 não foi um documento aprofundado de planejamento, tendo permanecido no nível de proposta". Nossa avaliação é que o PDI foi e tem sido primordialmente um documento de diagnóstico da situação da UFRJ, que indica objetivos estratégicos e metas "sem avançar na análise dos problemas apontados" e na proposição de linhas de ação para seu enfrentamento.

A isso se somaram, no caso da elaboração do PDI 2018, circunstâncias adversas externas. Uma delas foi o incêndio do edifício Jorge Machado Moreira com graves implicações sobre a vida da comunidade universitária. Mas como indica o próprio documento outros fatores foram decisivos aqui: "... alguns desses problemas decorrem das políticas equivocadas das últimas décadas; outros de sua estrutura peculiar e de seu próprio processo de constituição".

O PDI 2006 já havia identificado uma lista de questões-problema, tais como

- i. "restrições à plena aplicação do princípio da autonomia universitária",
- ii. "insuficiência dos recursos orçamentários destinados ao custeio e à manutenção de instalações e equipamentos",

iii. "inadequação dos mecanismos públicos de financiamento e apoio institucional à pesquisa" e

iii. "desconstituição da função social do Estado".

O PDI 2018 reconhece que "é razoável sustentar que os principais problemas apontados possuem atualidade", e afirma em seguida que hoje as principais mudanças observadas com relação ao segmento estudantil dizem respeito

i. às condições de acesso via Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM,

ii. à alocação de vagas via Sistema de Seleção Unificada (SISU) e

iii. à adoção de cotas.

O PDI 2018 também destaca que a democratização do acesso está ameaçada pela debilidade do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEs) num quadro crítico onde a insuficiência de recursos orçamentários para custeio, construção de novas instalações e manutenção se agrava drasticamente a partir de 2014, culminando em contingenciamentos orçamentários. Para o PDI 2018 questão prioritária e mesmo emergencial seria a necessidade de uma lei específica para o financiamento sustentado da expansão das universidades públicas federais.

No caso específico da UFRJ o financiamento à pesquisa ainda foi mais comprometido se considerada, além da drástica queda nos financiamentos federais, a grave crise da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Em síntese: o PDI 2018 faz um diagnóstico onde prevalece uma radicalização para pior de adversidades externas apontadas no PDI 2006. Mas esse quadro devia também contemplar mais adequadamente especificidades das diferentes unidades da UFRJ, em particular àquelas associadas ao Centro de Tecnologia, de modo a destacar a importância e impacto social de diversos projetos e realizações específicas da UFRJ em diversas áreas do ensino, pesquisa e extensão. Há reduzida menção ao protagonismo dos diversos centros de excelência da UFRJ, que se destacam tanto na pesquisa avançada e experimental, como na produção e difusão de conhecimento. Seria importante que, no quadro descrito de desinvestimento do Estado nas universidades públicas, sejam também referidas iniciativas concretas que evidenciem o papel estratégico da UFRJ como centro produtor e difusor de conhecimento e suporte do desenvolvimento da sociedade brasileira.

4. A estrutura

O documento, que quer se afirmar como uma aposta na "energia criadora" do futuro da UFRJ, constrói sua narrativa estruturada em 9 blocos ou capítulos.

O primeiro é uma contextualização histórico-política, onde é apresentado um elenco de temas articuladores que priorizam a inclusão e o acesso, a formação de docentes da educação básica, o complexo hospitalar e a política cultural.

O segundo dedica-se à graduação, apresentando um diagnóstico de suas políticas de acesso e permanência, ação afirmativa, avaliação institucional, cursos noturnos, complexo de formação de professores, criação de novos cursos, matrículas, retenção e evasão. Segue-se um levantamento de como o são tratados nos diferentes Centros e Unidades temas como a integração, o aprofundamento da interdisciplinaridade, as mudanças curriculares e a avaliação dos cursos. Os polos exteriores à cidade do Rio de Janeiro recebem breve tratamento em separado. Atenção é dedicada aos desafios para a permanência dos estudantes e à atuação das Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) diante da adesão da UFRJ ao sistema de cotas. Por fim, busca-se apontar quais foram as principais tendências observadas no período de 2007 a 2017.

O terceiro dedica-se à pós-graduação e pesquisa, apoiado em informações de bases de dados estabelecidas para fornecer indicadores do desempenho da UFRJ no período de 2007 a 2016. Evidencia-se um significativo crescimento e a implantação de novas modalidades de programas (em rede e multicêntricos). O capítulo tem forte característica descritiva. Um item a ser destacado é a inovação, e a atuação da Agência de Inovação da UFRJ, do Parque Tecnológico e da Incubadora de Empresas, onde se apresentam importantes vetores de transformações para o futuro da universidade. O capítulo não destaca o desempenho de programas da pós-graduação da UFRJ. A menção feita às avaliações da CAPES é bastante genérica. São incompletas as informações relativas às interações internacionais (e nacionais) dos programas de pós-graduação. Por exemplo, não há qualquer menção para o grande número de parcerias da COPPE com diversos centros de pesquisa de excelência espalhados no mundo.

O quarto dedica-se à extensão "em ampla articulação com a formação acadêmica". Nele se apresenta um histórico da extensão na UFRJ e se valoriza o empenho por apresentar, na página 153 do documento, um conceito de referência comum para a atividade, aprovado no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 1987. Segue-se uma apresentação da extensão como espaço acadêmico

e ação educativa e um quadro descritivo por Centros e Unidades das atividades de extensão desde 2006 até o presente. Por fim, são elencadas propostas para consolidação da extensão nos próximos dez anos. Ganha prioridade a "... integralização das ações de extensão nos currículos como créditos em todos os cursos da UFRJ, no âmbito da graduação e da pós-graduação". Ao mesmo tempo afirma-se que "... para possibilitar maior clareza na apresentação institucional e potencializar a utilização dos recursos, as propostas usufruirão da estruturação por meio de programas articulados". Na página 173 do documento, é apresentado um conjunto de sete programas, concebidos pela Pró-Reitoria com o propósito de articular e integrar as atividades de extensão de toda a universidade de modo a permitir "... maior articulação com áreas estratégicas que definem as políticas públicas". Destaque especial é dado nesse quarto capítulo à articulação da UFRJ com o Sistema Único de Saúde (SUS), e principalmente a articulação entre o Complexo Hospitalar e os municípios e a rede estadual, bem como outras unidades federais de pesquisa e hospitais federais. Também se afirma a importância da internacionalização das atividades de extensão, priorizando América Latina e África. Por fim, é enfatizada a necessidade de ser redimensionado o orçamento da extensão.

O quinto dedica-se à política de relações internacionais. Nele se apresenta um breve histórico das ações de cooperação internacional da UFRJ que culminaram em 2016 na institucionalização da Diretoria de Relações Internacionais (DRI). O capítulo é marcadamente descritivo e explicita como a adesão da UFRJ ao programa Ciência sem Fronteiras em 2011 provocou um aumento muito significativo na mobilidade internacional de estudantes de graduação. Fica claro que a Europa concentra as principais parcerias internacionais intitucionalizadas da UFRJ, e também que em geral o grau de institucionalidade das relações é significativamente baixo, proliferando ações individualizadas, muitas vezes informais. Institucionalizar estes vínculos se apresenta como uma prioridade.

O sexto dedica-se às políticas estudantis. A criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7) foi um compromisso de campanha da atual Reitoria. Em meados de 2015 a PR7 foi criada. Sua implantação foi dificultada pelo incêndio do Edifício Jorge Machado Moreira em outubro de 2016, que obrigou a alocação provisória dos membros da antiga Superintendência Geral de Políticas Estudantis (Superest) em diversos espaços da Cidade Universitária. O PDI 2018 afirma que a PR7 está ainda em fase de implantação, com criação de fluxos e rotinas e estabelecimento de normas para uma equipe de mais de 40 técnicos e administrativos. E aponta que os exíguos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são um grave problema estrutural diante da crescente demanda imposta pela política de inclusão e acesso. As principais

propostas elencadas no capítulo são a criação de um Fórum Permanente de Políticas Estudantis, a precária política de bolsas do Programa de Auxílio ao Estudante (PAE) e a necessidade de ampliação do escopo da "assistência" para além da bolsa, de modo a incluir suporte pedagógico, transporte, saúde, alimentação, cultura, esporte e lazer.

O sétimo capítulo dedica-se às políticas de pessoal. Após breve contextualização das condições atuais de trabalho de docentes, técnicos e administrativos em educação nas universidades federais brasileiras são elencadas as proposições em curso da UFRJ, visando o planejamento de pessoal, formação e valorização de carreiras, empenho por eliminar terceirizações e promoção da saúde e segurança no trabalho, bem como avaliação de desempenho e criação de espaços públicos para debate e formulação de políticas, acompanhamento de aposentados e acolhimento de novos concursados. O capítulo termina com uma apresentação de estatísticas e indicadores.

O oitavo capítulo é dedicado às finanças e ao planejamento. Nele é apresentado um quadro sumário da evolução do orçamento das 63 universidades federais, onde fica nítida a importância do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, para a expansão do sistema. É enfatizado que o maior problema dessa política "... foi a ausência de planejamento do custeio e do investimento e, não menos importante, dos recursos do PNAES, após o término do REUNI". Argumenta-se que a ausência de normas legais contribuiu para criar uma situação de grave vulnerabilidade para a sustentabilidade financeira dessa expansão. São apresentados gráficos e estatísticas que descrevem o estrangulamento orçamentário das universidades federais como um todo e da UFRJ em particular. Discutem-se ainda as perspectivas do orçamento de 2018, afirmando-se que a maior parte dos recursos de capital se encontra sob gestão discricionária do MEC e que "... a Reitoria considera que tal alternativa é inconstitucional". Afirma-se que o quadro vigente é de fortes cortes de despesas e o empenho político da Reitoria para que o financiamento da educação superior e da pesquisa entre na agenda do processo eleitoral do país em 2018. Apresenta-se como elemento para uma visão de futuro mais otimista a possibilidade, dependente de aprovação de projeto de lei, da criação de um "fundo patrimonial" nas instituições federais de ensino superior, não submetido aos limites da Conta Única da União e "com enorme potencial de arrecadação".

O nono capítulo é dedicado à infraestrutura e ao patrimônio. Nele se

apresenta o grande e diverso patrimônio da UFRJ, tanto material como imaterial, tanto tombado, como em processo de tombamento. Tem destaque no capítulo a urgência da implantação de uma política de gestão de riscos pela Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR6) e a revisão de instrumentos contratuais, "... permitindo a atualização de valores a patamares mais justos pelo uso do patrimônio da instituição". O documento termina reconhecendo que "... malgrado os avanços positivos, há uma nítida percepção de que o nível de complexidade das soluções para esse cenário é crescente e desafiador".

5. Questões a destacar

Algumas questões merecem destaque:

a. a superação do grave estrangulamento financeiro demanda da UFRJ esforços e ações que podem implicar redesenhos institucionais profundos, envolvendo para isso pensar alternativas que ultrapassem a revisão de instrumentos contratuais vigentes ou mesmo a aprovação do projeto de lei do "fundo patrimonial". Tais redesenhos podem ter implicações diretas sobre as políticas de pessoal, de assistência estudantil, desburocratização, informatização, melhoria da eficiência e até mesmo fechamento ou criação ou fusão de unidades ou departamentos, se for o caso.

b. a política de relações internacionais nas universidades contemporâneas tende a ser um dos principais vetores de dinamismo. O vazio institucional das redes colaborativas internacionalizadas descrito no PDI 2018 pode implicar uma vulnerabilidade estratégica da UFRJ.

c. a proposta de enquadramento das atividades de extensão de toda a UFRJ num conjunto de sete programas definidos pela Pró-Reitoria está em contradição com o dinamismo plural que deve caracterizar a atividade acadêmica. Deveria ser revista, abrindo-se horizontes para a aprovação da mais ampla e diferenciada gama de atividades aprovadas pelos diversos colegiados, inclusive aquelas não integralizadas nos currículos como créditos.

d. espaços plurais de interface entre a academia e as mais variadas iniciativas empreendedoras deveriam ser incentivados. Os casos da Agência de Inovação e do Parque Tecnológico são reconhecidos como referências importantes no PDI 2018. Mas tais iniciativas poderiam ser expandidas para áreas artísticas, culturais, esportivas, etc), servindo de vetores de transformações para redesenhos curriculares, aprendizados criativos descurricularizados e dinamização de práticas interdisciplinares

integradoras da universidade no tecido social e na cultura contemporânea.

e. os dois casos concretos de referência indicados no PDI 2018 (Complexo Hospitalar/SUS e Formação de Professores da Rede Pública de Educação Básica) devem ser objeto de atenção prioritária em ações integradas da UFRJ.

f. o PDI geral da UFRJ, maior e mais antiga universidade federal do país, precisa dar conta de uma imensa, diversa e complexa configuração. Isto implica e exige capacidade para identificar, acolher e dialogar com a heterogeneidade de cada uma de suas Unidades constitutivas. E ser uma estrutura aberta para capítulos adicionais, na forma de planos de desenvolvimento institucional específicos (PDIs das unidades). Esse pode ser um passo decisivo para a superação de uma forte deficiência do atual documento: sua carente operacionalidade. Os PDIs das unidades não só permitiriam explicitar a variedade dos desafios como também forneceriam subsídios para revisões periódicas (talvez a cada dois anos) de metas e linhas de ações do PDI geral.

g. a discussão sobre ética e integridade na pesquisa e na vida acadêmica é um tema que vem ganhando crescente atenção, inclusive como parte do marco regulatório de convênios e projetos de cooperação internacional. O PDI da UFRJ deveria também prever ações nesse sentido.

6. Uma necessidade

A análise apresentada no PDI 2018 evidencia a necessidade de uma discussão mais aprofundada do documento nos Colegiados e Conselhos Superiores dos Centros e Unidades. Se por um lado, podem ser consideradas corretas as linhas gerais de um diagnóstico que caracteriza uma radicalização para pior de adversidades externas apontadas no PDI 2006, por outro, a aposta na "energia criadora" do futuro da UFRJ encontra nos nove capítulos do documento uma base de sustentação precária.

O PDI 2018, tal como afirmado na página 13 pode e deve ter como seu principal objetivo "assegurar a melhor articulação institucional da UFRJ" num esforço coletivo "... em prol da realização de sua função social de instituição pública comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão, em favor do bem viver dos povos". Mas essa articulação institucional como afirmação da autonomia universitária deve passar através de discussões, deliberações e decisões de suas instâncias legítimas, os Colegiados e Conselhos Superiores dos Centros e Unidades.